



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

50
anos

PSI

Edição nº 205 • ano 2024

CRP SP

50
anos



**Diferenças
que constroem,**
Compromisso social
e ético da Psicologia

5 **FUTURO:**
Os próximos
50 anos

8 **MEMÓRIA:**
Arrigo Angelini e
Renata dos Santos

10 **1974 A 2024:**
Os caminhos
do CRP SP



PENALIDADES ÉTICAS

4

FUTURO DA PROFISSÃO | OS RUMOS
DOS PRÓXIMOS 50 ANOS

5

MEMÓRIA | ARRIGO ANGELINI
E RENATA DOS SANTOS

8

1974 A 1988 | DA REDEMOCRATIZAÇÃO
À DESPATOLOGIZAÇÃO

10

1988 A 1994 | DEMOCRACIA EM PRÁTICA

14

1994 A 2004 | AVANÇOS EM DIREÇÃO
AO COMPROMISSO SOCIAL

18

2004 A 2014 | EM DEFESA DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS E PELA GARANTIA DE DIREITOS

22

2014 A 2024 | GARANTIR CONQUISTAS
E EVITAR RETROCESSOS

26

ENSINO | O QUE TE FAZ SER UMA
PSICÓLOGA E UM PSICÓLOGO?

30

Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP50
anos

psi

Publicação do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo,
CRP SP, 6ª Região**Diretoria****Presidenta:** Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)
Vice-presidenta: Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032)
Secretária: Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890)
Tesoureiro: Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428)**Conselheiras/os efetivas/os:**Camila Andrade de Oliveira (CRP 06/94895)
Carlos Eduardo Mendes (CRP 06/153775)
Davi Rodríguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838)
Dreyf de Assis Gonçalves (CRP 06/55379)
Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445)
Janaina Darli Duarte Simão (CRP 06/47523)
Magna Barboza Damasceno (CRP 06/66384)
Maria da Piedade Romeiro de Araujo Melo (CRP 06/45952)
Maria da Glória Calado (CRP 06/33194)
Mayara Aparecida Bonora Freire (CRP 06/120511)
Mônica Cintrão França Ribeiro (CRP 06/20583)**Conselheiras/os suplentes:**Gabriela Alvim de Oliveira Freitas (CRP 06/149012)
Giseli de Fátima Assoni (CRP 06/72980)
Leonardo Maggi Gambatto (CRP 06/124424)
Wilson Flávio Lourenço Nogueira (CRP 06/53258)**Renúncias:**Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192)
Carú de Paula Seabra Moreira Ribeiro (CRP 06/136173)
Fabiana Macena Luiz (CRP 06/148611)
Ivani Teixeira Mendes (CRP 06/42535)
Lilian Suzuki (CRP 06/27810)
Murilo Centrone Ferreira (CRP 06/142583)
Sonia Maria Motinho da Silva (CRP 06/12033)
Tayná Alencar Berti de Souza (CRP 06/83455)
Valeria Campinas Braunstein (CRP 06/31093)**Vacâncias:**Camila Prandini Prandini (CRP 06/157432)
Luciane de Almeida Jabur (CRP 06/66501)**Realização****Comissão de Comunicação:****Presidente:** Davi Rodríguez Ruivo Fernandes
Membros/os: Ana Tereza da Silva Marques,
Jéssica Siqueira de Aquino, Marco Aurélio Jacob Pereira,
Marta Eliane de Lima e Talita Fabiano de Carvalho.**Coordenadora de Comunicação:** Taís Souza**Redação:** Priscilla Auilo Haikal**Revisão:** Angelo CuiSSI**Captação de audiovisual:** Rodolfo Lima
Pesquisa histórica: Enfoque Consultoria
e Pesquisa em História**Diagramação:** Paulo Mota**Capa:** Paulo Mota**Aprovação:** XVII Plenário**Impressão:** IGB – Indústria Gráfica Brasileira Ltda.**Tiragem:** 165.000 exemplares**Sede CRP SP**Rua Teodoro Sampaio, nº 417,
CEP 05405-000, São Paulo, SP.
E-mail: info@crpsp.org.br**Subsedes CRP SP****Alto Tietê** | altotiete@crpsp.org.br**Assis** | assis@crpsp.org.br**Baixada Santista e Vale do Ribeira** | baixada@crpsp.org.br**Bauru** | bauru@crpsp.org.br**Campinas** | campinas@crpsp.org.br**Grande ABC** | atendimentoabc@crpsp.org.br**Metropolitana** | metropolitana@crpsp.org.br**Ribeirão Preto** | ribeirao@crpsp.org.br**São José do Rio Preto** | sjrpreto@crpsp.org.br**Sorocaba** | sorocaba@crpsp.org.br**Vale do Paraíba e Litoral Norte** | vale@crpsp.org.br

www.crpsp.org.br

@crp_sp

/crpsp

/company/crp-sp

@crp_sp

/crpspvideos

POR MAIS EQUIDADE E DIVERSIDADE NOS PRÓXIMOS ANOS!

Mais do que fiscalizar, atuar em defesa de uma Psicologia ética. Mais do que orientar, dialogar sobre o compromisso na garantia dos Direitos Humanos. Mais do que regular, dar condições de uma prática psicológica digna e de qualidade para a sociedade.

“É conhecendo que a gente se entende.” Assim convidamos a categoria para este momento de reflexão e celebração. Afinal, foram muitos avanços e transformações na ciência e no exercício profissional ao longo dos **50 anos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP)**, assim como muitas histórias.

Ao passar por cinco sedes diferentes, mais de 350 conselheiras e conselheiros, organizados em 17 plenários, buscaram constituir uma *Palavra aberta* (1983–1985 e 1986–1989), manter a *Psicologia em movimento* (1989–1992), fomentar a *Psicologia e Cidadania* (1992–1995), concretizar a *Psicologia em ação* (1995–1998), *Cuidar da profissão* (1998 a 2019), ser *Diversa* (2019–2022) e estabelecer uma *Frente em Defesa da Psicologia* (2022–2025).

Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781), conselheira presidenta da atual gestão, lembra do protagonismo crescente da Psicologia paulista, presente em diferentes aplicações e contextos, e destaca a importância das trabalhadoras e trabalhadores nessa trajetória repleta de desafios e mudanças.

“É quem sustenta nosso projeto ético-político. São pessoas que tornam possível a concretização do planejamento estratégico. Por meio de atividades técnicas, administrativas e financeiras, permitem que as mais de 160 mil psicólogas e psicólogos com registro ativo no estado tenham direito ao trabalho regular.”

Rose Mary, Sandra e Pepe são alguns dos nomes que fazem parte desse meio século de realizações. Seja como telefonista ou gerente-geral, na capital paulista ou nas onze subsedes, cada pessoa contribuiu de forma única no fazer desta autarquia.

Para conhecer as memórias e as experiências daquelas e daqueles que têm um papel fundamental na construção da Psicologia brasileira, conversamos com o primeiro psicólogo a ter registro no país, Arrigo Leonardo Angelini, um breve perfil que se tornou uma singela homenagem póstuma pelo seu falecimento dias antes de publicarmos este jornal.

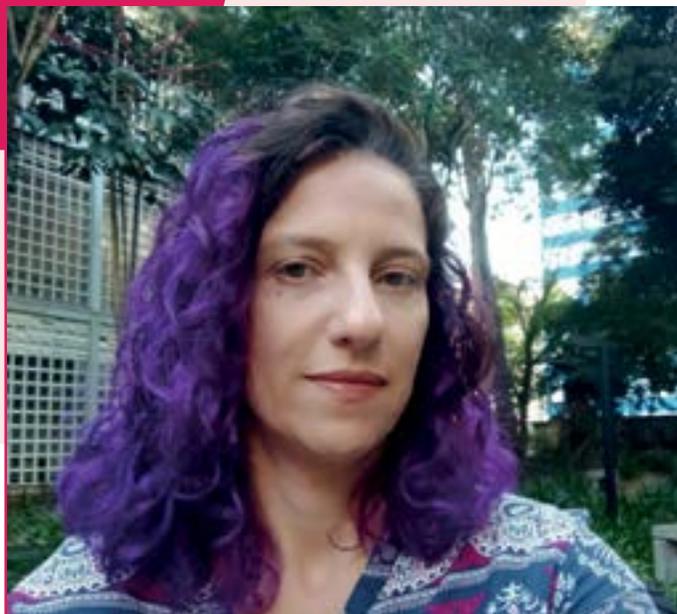
Também entrevistamos conselheiras e conselheiros que integraram as diretorias dos plenários, em diferentes décadas, para contar sobre os episódios marcantes e as medidas decisivas para uma construção do exercício psicológico pautado no afeto, no compromisso social e na defesa incondicional dos Direitos Humanos.

Agradecemos a todas as pessoas que participaram desta edição histórica do **Jornal Psi**, elaborada para preservar e enaltecer as ações do Conselho até hoje. Também é uma forma de entregarmos mais um registro de prestação de serviços, além de ser um conteúdo de referência, consulta e aproximação com a categoria.

A efeméride dos 50 anos do CRP SP é uma data única, que representa a consolidação e o reconhecimento do papel da Psicologia paulista como profissão-ciência atuante e socialmente responsiva no respeito à diversidade humana e na garantia de direitos em saúde mental.

OS RUMOS DOS PRÓXIMOS 50 ANOS

Como as mudanças sociais e econômicas devem impactar no exercício psicológico



“Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais.” A frase que abre a apresentação do atual Código de Ética da Psicologia evidencia como as relações entre as pessoas são a base para diferentes dinâmicas estabelecidas na sociedade.

São formatos que se constituem a partir de anseios, condições e necessidades, e acompanham valores e costumes que estão em constante processo de transformação. Mas se a mudança é inevitável, o que esperar diante da atual conjuntura de atualização constante? Como lidar com inteligência artificial, dispositivos de realidade virtual e experiências imersivas? A profissão está preparada para a hiperconectividade e o excesso de informações e de interações no ambiente digital?

Ivelise Fortim (CRP 06/54234), coordenadora do Janus – Laboratório de Estudos de Psicologia e Tecnologias da Informação e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), destaca as diferenças de perspectiva em relação às novas demandas que têm surgido. Enquanto muitas discussões sobre vazamento de informações na internet giram em torno de consentimento e medidas de proteção, jovens questionam o próprio conceito de privacidade.

A docente reconhece a dificuldade em tratar de contextos tão diversos e complexos, pois vivenciamos cotidianamente os desdobramentos que envolvem a inserção de vários dispositivos tecnológicos como mediadores nas relações humanas. Além de modificar uma série de costumes e comportamentos, as consequências variam desde a exposição a novos riscos até a facilidade de acesso a recursos e serviços.

“Durante a pandemia, atendemos pessoas que estavam no meio do canal. Por mais que haja o problema da coleta de dados sem a garantia da segurança da informação, o atendimento psicológico chegou para quem precisava, no meio de uma emergência de saúde pública mundial. Mesmo hoje há quem prefira fazer o **atendimento pelos canais on-line**, como algumas pessoas trans, que se sentem mais seguras por não terem que se expor ao sair na rua.”

Resolução CFP nº 11/18: regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação (revogada com a Resolução CFP nº 09/24).

Cuidados no atendimento *on-line*

A questão do sigilo no atendimento *on-line* é extremamente complexa. Não basta somente abrir uma videoconferência: existem muitas implicações que demandam cautela. De que maneira as informações (em texto, áudio ou vídeo) são armazenadas? Durante quanto tempo? Os equipamentos utilizados possuem recursos de proteção de dados? Estão de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?

Todos esses questionamentos são essenciais diante dessa nova modalidade de interação que alterou o formato de se relacionar entre psicólogas, psicólogos e as pessoas atendidas. Em alguns modelos terapêuticos, é possível se valer dos canais digitais para realizar os atendimentos; em outros, a presença ainda é necessária. Cabe estudar qual melhor formato para ambas as partes, já que agora existe outra dimensão a ser analisada.

Fonte: Ivelise Fortim, coordenadora do Janus da PUC-SP e Marcelo Fernandes da Costa, professor do departamento de Psicologia Experimental da Universidade de São Paulo (USP).

Inteligência ou atendimento artificial?

A segurança, o conforto e até a ideia de não haver julgamentos são alguns dos motivos apontados por pessoas que recorrem aos aplicativos de saúde mental. Programados para fornecer respostas por meio da inteligência artificial, os *chat-bots* também podem ser adaptados de acordo com as preferências das pessoas usuárias.

Marcelo Fernandes da Costa, professor do departamento de Psicologia Experimental da Universidade de São Paulo (USP), considera que existe uma resistência muito grande em buscar profissionais de Psicologia quando existem problemas emocionais – um comportamento ainda comum em nossa sociedade.

A procura por essas alternativas é um primeiro passo para entender que é necessário um atendimento qualificado. “Tem gente que fica angustiada durante anos sem pedir ajuda. Como é um público que tende a se isolar, a princípio essas ferramentas podem parecer uma solução. Mas é fundamental dizer que a tecnologia não suprime o ser humano”, enfatiza.

⚠️ Alerta gatilho ⚠️

O docente revela que fez um teste com um *chat-bot* ao questionar se, diante do cansaço que sentia, suicídio poderia ser uma saída. A resposta que obteve foi baseada em informações de taxas de morte semelhantes, e em nenhum momento houve a orientação de ligar para um Centro de Valorização da Vida, ou buscar pelos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS), portas de entrada para o atendimento na área de Saúde Mental na cidade de São Paulo.

“O modo de lidar com essas tecnologias depende de dezenas de fatores, que obviamente não são informados pela ferramenta. Mesmo que venham a ser clinicamente utilizadas, é necessário que haja o acompanhamento profissional para saber se é uma opção válida ou não – assim como qualquer tratamento”, ressalta Marcelo.

Do lado das psicólogas e psicólogos que lidam com dimensões muito diversas nos atendimentos, e com a dificuldade de extrair informações críticas de realidades tão complexas, as ferramentas de aprendizado de máquina já têm sido aplicadas em experiências para produzir diagnósticos mais assertivos.

Independente de quem utiliza, é preciso que essas tecnologias sejam entendidas, estudadas, avaliadas e cientificamente validadas. Ainda existem questões muito delicadas e perigosas, como a reprodução de vieses de discriminação e exclusões, que reforçam opressões e violências raciais, sociais e de gênero. É uma configuração que depende da qualidade dos dados e dos parâmetros codificados nos algoritmos de treinamento.



Novos caminhos da Psicologia

O **Jornal Psi** esteve na Semana de Psicologia da Universidade de São Paulo para saber as perspectivas em relação à prática e ao futuro da profissão.



“Nós precisamos aprimorar nossas formas democráticas. Na prática, inclui manter o vínculo estabelecido com as Políticas Públicas, onde a Psicologia conseguiu um enorme reconhecimento social. Também penso em mais diversidade, porque conforme a sociedade muda e surgem outras demandas, como o uso da inteligência artificial ou a manipulação de subjetividades pela mídia, temos que inventar novas PsicoLOGIAS.”

Ana Mercês Bahia Bock (CRP 06/2771), professora titular da PUC-SP, que apresentou um histórico da Psicologia no Brasil durante o evento.



“Acho que a Psicologia está em vários lugares diferentes, e tenho descoberto qual é o meu. Gosto muito de Políticas Públicas, mas é um conteúdo de que senti falta na formação. Consegui entrar em contato com a temática por meio do estágio e de docentes que trabalham na área. Então fui traçando o meu caminho, e penso que minha trajetória me leva para essa construção de mudanças, principalmente nas relações da sociedade. Meus pais só fizeram o ensino médio. Eu ensinei minha tia-avó a escrever. Carrego um passado que me faz questionar as outras histórias, e a tentar transformar um pouco essa realidade onde estou.”

Camila Santana de Oliveira, estudante do oitavo período da USP.



“Apesar de ser formada em administração há mais de vinte anos, Psicologia sempre foi minha primeira opção de graduação. Mas como a formação era muito centralizada, não tinha o mercado de trabalho que existe hoje. Acabei deixando de lado. E na condição de PcD, era ainda mais complicado encontrar oportunidades. Acho que o curso tem sido maravilhoso, e surpreendeu bastante minhas expectativas. A turma é bastante diversa, com várias interações e trocas produtivas. Como sempre trabalhei com jovens, devo seguir nessa mesma linha: atuar no atendimento para a depressão, prevenção de suicídio, dentro da Psicologia clínica ou escolar.”

Margarete Grande, estudante do quinto período da Universidade Paulista (UNIP).



“Minha formação foi cheia de altos e baixos. Até pela Psicologia ter passado muito tempo na chave da patologização do corpo disfórico, quando a gente está pautando outro tipo de vivência, muito mais saudável com a nossa existência. Acho que a ideia de ter um coletivo trans, de pessoas dissidentes, como a ‘Transtornar’, fala desse lugar de pensar na identidade como bichas, sapatões, de quem foge da normalidade cisgênera. Penso a clínica como um lugar que atravessa a contação de histórias, e é uma potência gigante possibilitar outras narrativas, outras formas de existir, que não são escutadas e nem reproduzidas.”

Cadência Alves Casemiro, estudante do sétimo período da USP.



“Eu comecei a graduação com 49 anos e sinto que é uma grande realização. Sabe aquela história de que nunca é tarde? Desde sempre eu quis cursar Psicologia, só que não foi possível na época de iniciar os estudos universitários. Então, estou extremamente feliz. A turma é bastante diversa, com gente que acabou de sair do ensino médio até pessoas na terceira formação. Penso em atuar na área do luto, pois já sou voluntária numa ONG que faz esse trabalho, ou então com relacionamentos não monogâmicos e entre pessoas LGBTQIAPN+.”

Viviane Cintrão, estudante do quinto período da Faculdade Vanguarda, em São José dos Campos.



O NÚMERO 1 NA PSICOLOGIA DO BRASIL



Imagens: Acervo CRP SP. Arte: Paulo Mota.

Um dia antes desta edição do **Jornal Psi** ser enviada para a gráfica, recebemos a triste notícia do falecimento de **Arrigo Leonardo Angelini (CRP 06/01)**. A história da primeira pessoa que obteve o registro profissional do Conselho Regional de Psicologia ganhou ainda mais relevância, bem como as palavras reunidas neste texto.

A entrevista com o psicólogo de 99 anos foi realizada em maio de 2024, na sala envidraçada do seu apartamento com vista para o Rio Pinheiros, na capital paulista. Arrigo nos recebeu gentilmente para dividir algumas memórias, como a de sua participação nas discussões que envolveram a tramitação da Lei nº 4.119/62, que resultou na regulamentação da profissão.

Confira a íntegra no canal: youtube.com/crpspsvideos

Nascido no dia 28 de setembro de 1924, na cidade de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo, Arrigo já tinha meio século de vida quando obteve a inscrição oficial no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), registrada em 16 de dezembro de 1974.

Durante a conversa, uma de suas recordações mais significativas era sobre a atividade que marcou o início da sua atuação: "Eu gostava de fazer aferição de testes que eram utilizados na seleção de pessoal para trabalhar nas ferrovias do estado. Fazia a adaptação de testes americanos ou então a elaboração de novos modelos."

Essa experiência aconteceu no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, onde trabalhou antes mesmo de terminar a graduação em Pedagogia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Durante a formação,

chamou atenção da docente Noemy da Silveira Rudolfer – uma das pioneiras da Psicologia educacional – que tempos depois o convidou para ser seu assistente.

Em 1949, Arrigo fez uma especialização na mesma área, e começou a lecionar na instituição, na qual permaneceu pelos 40 anos seguintes. Além de contribuir na formação de inúmeras psicólogas e psicólogos, e ajudar na fundação do Instituto de Psicologia da USP, foi um dos expoentes para que a profissão fosse reconhecida no país.

Não por acaso, foi escolhido o primeiro presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), no dia 20 de dezembro de 1973, quando também houve a primeira reunião plenária da autarquia. Além disso, a diretoria tinha a psicóloga **Virgínia Leoni Bicudo como vice-presidenta**.

"Desde o começo, me empenhei muito na criação da profissão. Antes havia uma resistência da área médica, que não desejava que a Psicologia pudesse ser uma formação dissociada da medicina, algo independente dentro do segmento de saúde. Isso atrasou a aprovação da regulamentação no Congresso", recordou Arrigo.

Outra lembrança do docente sobre esse período eram as discussões para definir como chamar as trabalhadoras e trabalhadores da área. "As pessoas já aplicavam a Psicologia, mas ainda não tinha um nome." Ele revela que as opções "psicologista", "psicotécnica e psicotécnico" também chegaram a ser cogitadas.

Como um dos protagonistas no desenvolvimento da Psicologia no país, o pioneiro oficial na área deixou um conselho para quem é colega de profissão: "que se dediquem em especializações, a fim de se preparar da melhor maneira para um bom exercício profissional", indicou.



A NÚMERO 200 MIL NA PSICOLOGIA DE SP



Pouco mais de 61 anos após a regulamentação da profissão de psicólogo e psicóloga no Brasil, **Renata Arruda dos Santos (CRP 06/200.000)** entrou para a história da Psicologia paulista com o marco de ser o registro 200 mil no estado. O dia oficial de sua inscrição no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) foi 18 de março de 2024, quando tinha 27 anos.

Assim como Arrigo, um dos pioneiros na área, ela também se especializou em Psicologia escolar e educacional. Mas os motivos para essa escolha foram bem diferentes.

⚠️ Alerta gatilho ⚠️

“Tive muitos traumas durante a minha infância, foi um período muito sofrido e dolorido. Então fiz o máximo para transformar essa dor em força, de modo a ser a minha base e motivação para ajudar outras pessoas. Para mim, a Psicologia transforma vidas”, revela.

Desde a adolescência, Renata tem planos de criar uma ONG para ajudar mulheres que sofreram abusos sexuais. Essa vontade sempre fez parte dos seus dias, assim como o anseio em se tornar psicóloga.

A graduação foi cursada na Anhanguera Educacional, situada em Taubaté, no interior de São Paulo. “O papel do psicólogo na educação sexual” foi o tema escolhido para o trabalho de conclusão, no qual tratou da necessidade premente da atuação profissional para “transformar a sala de aula em um ambiente propício à disseminação de conhecimento e informa-

ção, a salvaguarda de alunas e alunos vulneráveis e à desconstrução de normas sociais nocivas”.

A ideia agora é fazer uma releitura do conteúdo e publicar um artigo sobre esse tema tão fundamental de ser tratado nas escolas. A informação foi dada durante entrevista na Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte do CRP SP, onde Renata detalhou que ressignificou muitos conceitos após suas experiências ao longo da faculdade e também no desenvolver da profissão.

“Antes de me formar, eu achava que eu não ia querer atender homens de jeito nenhum. Era uma situação que nem imaginava ser possível. Mas tive práticas com alguns clientes que me surpreenderam e foram bem enriquecedoras, principalmente por serem fora do meu foco.”

Outro entendimento marcante para ela é que a Psicologia infelizmente ainda é muito elitista, e por isso é necessário haver Políticas Públicas para garantir que alcance todas as pessoas e que seja efetivamente inclusiva, de modo a trazer mudanças significativas para a sociedade.

Sobre ser um marco, Renata confidenciou estar bastante feliz e honrada, “uma sensação de estar no caminho certo do que acredito”. Assim como Arrigo, ela aconselha às colegas e aos colegas de profissão sempre buscar novos conhecimentos e confiar em si mesmo e nas pessoas atendidas, pois os processos funcionam para quem tem preparo e compromisso ético com a Psicologia.



A paulistana **Virgínia Leone Bicudo** foi a primeira estudiosa a redigir uma tese sobre relações raciais e o racismo no Brasil. Mulher negra, educadora sanitária, visitadora psiquiátrica, professora universitária e divulgadora científica, foi a primeira não médica a ser reconhecida como psicanalista no país. Em 2021, o CFP lançou o **Prêmio Profissional Virgínia Bicudo** para enaltecer sua valiosa contribuição para a Psicologia brasileira.



DA REDEMOCRATIZAÇÃO À DESPATOLOGIZAÇÃO

As transformações desde o início das atividades do CRP SP até a Constituição de 1988

Arte: Paulo Motta.

Apesar da profissão de psicóloga e psicólogo no Brasil ter sido aprovada em 1962, por meio da Lei nº 4119, ainda seriam necessários oito anos até o início das atividades do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP).

O ano era 1974 e já fazia uma década do golpe militar no país. Após um período de ascensão política do governo ditatorial, pela primeira vez a oposição obteve maioria no Senado e alcançou quase metade dos cargos na Câmara dos Deputados.

O resultado nas urnas foi uma manifestação do descontentamento com a repressão, as violações de direitos e também com as dificuldades financeiras que atingiam a população, consequência da crise do petróleo que afetou o chamado “milagre econômico”.

Foi em meio a um contexto de desaceleração da economia e perda de força política dos militares, numa sede improvisada no centro da capital paulista, que o CRP SP realizou sua primeira eleição e cerimônia de posse da diretoria formada por Waldecy Alberto Miranda (presidente), Romeu de Moraes Almeida (vice-presidente), Geraldina Porto Witter (secretária) e Carlos del Nero (tesoureiro, em substituição a Suzy Vijande Cambraia).

O local pertencia à Sociedade de Psicologia de São Paulo, numa época em que o Conselho Federal e os regionais não contavam com recursos para se manterem. Após alguns meses de existência, foi possível alugar um imóvel na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 4187.

Além do CRP/06, que abrangia os estados de São Paulo e Mato Grosso, os regionais se dividiam entre:



Resolução CFP nº 02/1974

- a) **1º região**, de sigla CRP/01, com sede em Brasília, abrangendo o Distrito Federal, estados do Acre, Amazonas, Goiás e Pará e territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia;
- b) **2º região**, de sigla CRP/02, com sede na cidade do Recife, abrangendo os estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte e o território federal de Fernando Noronha;
- c) **3º região**, de sigla CRP/03, com sede na cidade de Salvador, abrangendo os estados da Bahia e Sergipe;
- d) **4º região**, de sigla CRP/04, com sede na cidade de Belo Horizonte, abrangendo os estados do Espírito Santo e Minas Gerais;
- e) **5º região**, de sigla CRP/05, com sede na cidade do Rio de Janeiro, abrangendo os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro;
- f) **6º região**, de sigla CRP/06, com sede na cidade de São Paulo, abrangendo os estados de Mato Grosso e São Paulo;
- g) **7º região**, de sigla CRP/07, com sede na cidade de Porto Alegre, abrangendo os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



Da esquerda para direita: Arrigo Angelini, Waldecy Alberto Miranda, Mathilde Neder, Suzy Vijande Cambraia e Antonio Carelli na inauguração da sede do CRP-06. Arquivo CRP SP.

Um movimento importante que se desenvolvia nesse período era a Psicologia social crítica, com influência de teorias marxistas, voltada para analisar estruturas de poder e formas de resistência, que moldou abordagens teóricas e práticas profissionais, inclusive após o fim do regime militar.

Conforme avançavam a estruturação e as realizações do Conselho, a partir das suas funções precípua de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, as oportunidades no mercado de trabalho e a própria carreira das psicólogas e dos psicólogos começava a se consolidar.

Como era um tempo de aumento de vagas na indústria, comércio e serviços, a atuação ficou concentrada na gestão de pessoas, seleção de profissionais, avaliação de desempenho e outras atividades voltadas para o setor organizacional das instituições. Aos poucos, a área clínica começou a se intensificar, até se tornar a ocupação mais frequente entre as pessoas formadas em Psicologia.

Antes da existência dos conselhos regionais, as psicólogas e psicólogos precisavam de inscrição no Ministério da Educação (MEC) para poderem atuar. As primeiras carteiras profissionais começaram a ser entregues em 1977, e nesse início foram analisados mais de quatrocentos processos de inscrição de pessoas que desempenhavam atividades em São Paulo e no Mato Grosso.

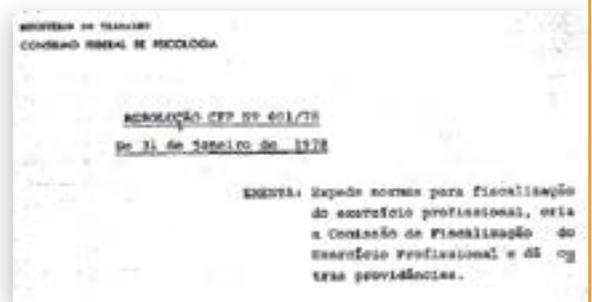
Assinatura da carteira profissional de psicóloga, na sessão solene de 9 de maio de 1977. Arquivo CRP SP.



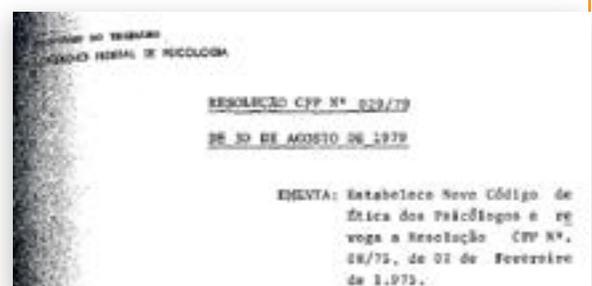
Arrigo Leonardo Angelini é a pessoa com a primeira carteira profissional de Psicologia.



Já no ano seguinte, quando o II Plenário tinha assumido a gestão, além da mudança da sede do CRP SP para a Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1084, onde o Conselho permaneceu pelos próximos dez anos, foi criada a **Comissão de Fiscalização**, com a finalidade de coibir a prática ilegal e irregular das atividades, bem como foram definidas as normas para implantação de delegacias (futuras subsedes).



Em 1979, quando o Mato Grosso do Sul foi elevado à categoria de estado, foram inauguradas as primeiras delegacias, especificamente nas cidades de Campo Grande, Cuiabá, Assis, Bauru, Campinas, Lorena, Ribeirão Preto e Santos. A proposta era dar maior agilidade ao serviço de inscrições profissionais, bem como possibilitar maior zelo no cumprimento do novo **Código de Ética Profissional**.



Capa do Jornal Psi de fevereiro/março de 1984 e cartaz para comício pelas Diretas Já, em janeiro de 1984. Acervo CRP SP e CEDEM-UNESP.

Enquanto isso, eclodiam as grandes greves no país, no movimento que foi intitulado de “Novo Sindicalismo”. Além da revogação de todos os Atos Institucionais, também houve a sanção da Lei de Anistia e a volta do pluripartidarismo.

Mesmo com a virada da década, ainda havia ameaças à autonomia do exercício profissional – como o Projeto de Lei nº 2.726/80, que na prática propunha a subordinação de todas as pessoas que atuavam na área de saúde às médicas e aos médicos.

Contudo, as atividades nos conselhos ganhavam mais abrangência e notoriedade, e pela primeira vez no CRP SP a eleição teria duas chapas, com vitória do grupo de oposição para a gestão entre 1980 e 1983. Um destaque desse triênio foi o aumento do número de conselheiros de nove para 15, devido ao excesso de atividades no Regional, por justamente concentrar o maior número de psicólogas e psicólogos do país, com mais de 15 mil profissionais na época.

As discussões já avançavam sobre qual deveria ser o papel do CRP SP diante da categoria e da própria sociedade. Aos poucos eram criadas novas comissões, como as de Saúde, de Trabalho e de Educação, para tratar de questões como os estágios e o ensino da Psicologia e da função social de psicólogas e psicólogos.



O envolvimento com mobilizações a favor da democracia – como a campanha pelas Diretas Já – a defesa por uma nova política de saúde mental e as diferenciações na atuação em comparação com a prática de outras profissões, como pedagogia e assistência social, eram temas constantes nas atividades do Conselho.

Marlene Guirado (CRP 06/2604), que foi conselheira secretária entre 1983 e 1985, quando foram inauguradas as delegacias regionais do Grande ABC e de São José do Rio Preto, e presidenta entre 1986 a 1989, lembra das reuniões e dos debates sobre a participação nas Diretas. “Porque fazer macropolítica não era nossa meta, e nem nossa preocupação. Mas era o momento. Se você não toma as linhas desse contexto amplo, você fica à margem da história. Então, discutíamos a importância do Conselho estar presente e como fazer parte dessa movimentação.”

Uma das bandeiras da chapa eleita Palavra Aberta era a revisão do Código de Ética Profissional. Aprovado pela resolução CFP nº 02/87, estabelecia que a atuação profissional deveria compreender “uma análise crítica da realidade política e social”, com base nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A psicóloga recorda ainda as definições e reivindicações em relação às atribuições do CRP SP, que acreditava não se limitarem somente a um território político, no qual pode não haver o reconhecimento das especificidades que envolvem a prática psicológica. “Na primeira gestão, o foco era pensar qual o serviço da Psicologia, como profissão, que era oferecido para a população. Na segunda, o que marcou foi o trabalho atrelado à Constituição de 88.”



Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), ergue o primeiro exemplar da Constituição de 1988. Acervo Senado Federal.

Marlene revelou que no plenário do Conselho as pessoas assumiram uma posição de estudiosas e estudiosos do texto que estava sendo montado. “Recordo quando chegou a última versão, numa plenária cheia de gente, principalmente dos trechos sobre as políticas de saúde pública. Era um tema sobre o qual fazíamos muitas discussões estratégicas e que ganhou bastante espaço de ação no período.”

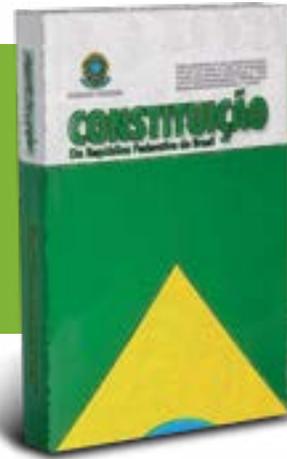
Em resumo, a professora titular e pesquisadora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) acredita que durante o tempo de atuação no CRP SP foi possível concretizar o próprio papel do Conselho, mesmo sem se dar conta dessa abrangência. “Apenas confrontávamos os desafios que o exercício profissional apresentava no **final da década de 1980**”, conclui.

Período em que se intensifica a Luta Antimanicomial e o movimento pela Reforma Psiquiátrica no país. Foi inaugurado o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (Caps Itapeva), em São Paulo, e elaborado o manifesto conhecido como “Carta de Bauru”, que se tornou referência na despatologização das pessoas usuárias dos serviços de saúde mental. O **Dia Nacional de Luta Antimanicomial (18 de maio)** também foi incluído no calendário oficial do país.



Registros da campanha dos 30 anos da luta por uma sociedade sem manicômios, em 2017.

DEMOCRACIA EM PRÁTICA



Período é marcado por medidas estruturais para consolidar novo momento político

Durante os anos de ditadura militar, o brasão nacional deveria constar em todos os documentos e publicações do país. Um ano após o final do regime, o CRP SP passou a adotar o logo utilizado no I Congresso de Psicologia (Conpsic), um rosto de aspecto futurista, graficamente estilizado.



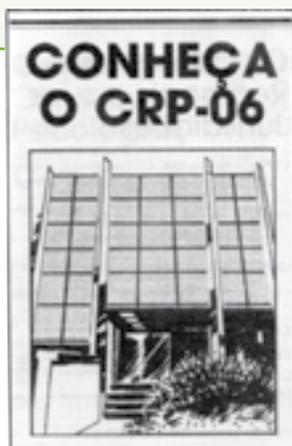
Ao todo, foram 42 anos como trabalhadora do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP). **Rose Mary da Silva Guidio** relembra que, logo após a mudança de sede para a casa na Rua Borges Lagoa, nº 74, também houve uma alteração importante em sua rotina. Ao ser promovida, se tornaria a primeira pessoa a ocupar o cargo de telefonista na autarquia.

Imagens: Acervo CRP SP. Arte: Paulo Mota.



O ano era 1988 e muita coisa também mudava no país. No dia 5 de outubro foi promulgada a **Constituição Cidadã**, principal elemento da redemocratização nacional, após 21 anos de regime militar. Era um marco pela garantia dos Direitos Humanos e pela efetivação das Políticas Públicas brasileiras, dois aspectos cada vez mais presentes nas ações e atividades do Conselho.

Rose chegou até o CRP SP por meio de um anúncio de jornal e iniciou suas funções como copeira, numa época em que era necessário esquentar todas as louças, inclusive os copos de cristal. Ela tinha 33 anos e era o início dos anos 1980, quando havia maior formalidade nas relações.



Folheto com ilustração da nova sede. Acervo CRP SP.

“Não tinha a mínima noção de como era o trabalho do Conselho. Mas com o tempo fui me adaptando. Porque as reuniões plenárias eram muito sérias, sabe? Os homens de paletó e gravata, uma bandeira paulista e outra do Brasil a meio mastro na sala”, descreve. “Inclusive, eu tinha que usar um uniforme azul-marinho com branco nessas ocasiões”, recorda.

Quase uma década depois, já como telefonista, viu as demandas se tornarem mais complexas conforme aumentava o número de psicólogas e psicólogos com inscrição ativa. Além dos picos de procura quando havia eleições, o que mais exigia de Rose eram as pessoas que pediam urgência nas resoluções e mantinham um contato pouco gentil.

“Às vezes, você chegava de manhã e na primeira ligação já vinha uma ‘caixa de abacaxi’ inteira para descascar. Alguns até brigavam, queriam que eu explicasse coisas que eram informadas por meio das correspondências, mas nem sempre as pessoas liam.”

Rose também lembra das solicitações que correspondiam às sub-sedes, num período em que a descentralização era um movimento cada vez mais necessário e crescente dentro do CRP SP. As reivindicações por autonomia, participação e representatividade começavam a despontar na gestão do VI Plenário (1989–1992), que tinha **Marlene Zola** (CRP 06/4262) como conselheira vice-presidenta.



A psicóloga que atuava na delegacia (hoje sub-sede) do Grande ABC, especificamente na cidade de Santo André, detalha como era feita a articulação entre os regionais, a sede e o plenário, quando o CRP SP ainda respondia pelos estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

“Havia reuniões mensais regulares, com trocas de experiências e apresentações das especificidades locais. Além de trazer o que era representativo daquele território, os regionais levavam adiante assuntos que estavam presentes no Conselho. Era uma época de muitas mobilizações e articulação profissional, principalmente em questões de saúde pública, garantia de direitos das mulheres e **Luta Antimanicomial.**”

Ações pelo cuidado em liberdade no ano de 1989:

- implantação dos Núcleos de Atenção Psicossocial (Naps);
- criação de novos equipamentos na cidade de São Paulo, como centros de convivência, hospital-dia, emergências psiquiátricas e leitos psiquiátricos em hospitais-gerais;
- intervenção na Casa de Saúde Anchieta, em Santos;
- apresentação do **Projeto de Lei nº 3.657/89**, de autoria do deputado Paulo Delgado, sobre a extinção progressiva dos manicômios, aprovada 12 anos depois, com a Reforma Psiquiátrica de 2001 (Lei nº 10.216).



Marlene lembra que havia uma somatória de fatores que contribuíam para as mudanças vigentes na época, como uma determinação nacional acompanhada de administrações municipais sensíveis a uma nova abordagem de saúde mental.

Nessa construção, ela participou de um episódio importante durante o II Congresso de Psicologia (Conpsic), em outubro de 1991, quando coordenou a conferência “Desospitalização” apresentada pelo médico italiano Franco Rotelli, ativista da desinstitucionalização psiquiátrica e referência na elaboração de políticas de superação do modelo manicomial. Além disso, ambos estiveram em Santos, no fechamento da Casa de Saúde Anchieta.



Jornal Psi de dezembro/janeiro/fevereiro de 1991/92. Acervo CRP SP.

“Fazia parte dos princípios de implantação da rede psicossocial, que impactou inclusive no reconhecimento da Psicologia como uma profissão da saúde, sendo ‘saúde’ o bem-estar social, físico e mental”, destaca. “São eixos que se concretizam por meio das Políticas Públicas, numa transversalidade com os Direitos Humanos e sociais, e que foram alavancados graças à militância e compromisso social de muitas pessoas.”



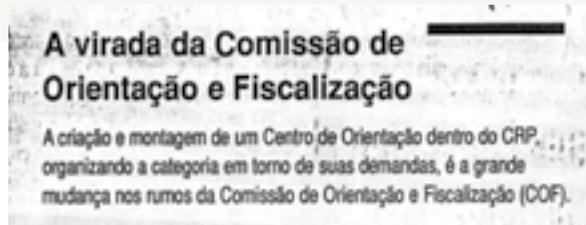
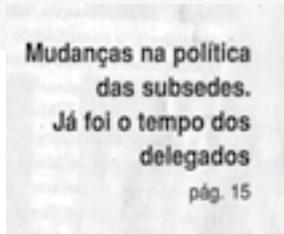
Arquivo / Agência Senado.

Gastos eficientes, estruturas democráticas

Setembro de 1992 foi marcado por mudanças na gestão do CRP SP e também na presidência do país. No dia 25, a chapa Psicologia e Cidadania tomou posse do VII Plenário. Quatro dias depois, foi aberto o processo de cassação do primeiro presidente eleito pelo voto direto após o regime militar, Fernando Collor de Mello, o que resultou no seu afastamento. Três meses depois, o político renunciava ao cargo para evitar o *impeachment*, desdobramento de uma série de denúncias de irregularidades no governo.

A conselheira presidenta (CRP 06/25438) foi bastante específica ao citar as questões mais urgentes do Conselho no período: a reforma administrativa para ter melhor controle orçamentário e a descentralização das onze delegacias para estabelecer relações mais democráticas.





Manchetes do Jornal Psi de julho de 1993. Acervo CRP SP.



“A primeira coisa que a gente percebeu era que a máquina administrativa consumia algo em torno de 70%, um absurdo. Era preciso ajustar não só os gastos, mas também as estruturas, para atingir uma perspectiva mais participativa nas trocas com a categoria e com a própria população. Vale lembrar que o Conselho foi fundado na época da ditadura militar, e por mais que seja uma autarquia com a função precípua de fiscalização, não fazia sentido manter uma lógica predominantemente punitivista.”

1993: de delegacias para subsedes

Mais autonomia, espaço de ação e de participação. Esses eram os pontos defendidos para alterar a organização das delegacias do CRP SP. A começar pelo nome, que foi trocado para “sub-sede”, e pela administração, que passou a ser responsabilidade de uma Comissão Gestora. Era uma maneira de descentralizar e fomentar a aproximação dentro dos territórios, por meio de eventos e projetos.

A psicóloga descreve que houve mudanças na Comissão de Fiscalização de Orientação (COF), com uma abordagem mais dialógica e orientativa. As atividades deixaram de ficar concentradas na figura de fiscais, e passaram a ser responsabilidade de psicólogas e psicólogos, que iam atuar a partir de denúncias, e avaliar a necessidade de abrir processos éticos.

“Achávamos que eram procedimentos pouco consistentes para alcançar boas resoluções. Nosso interesse era na qualidade da Psicologia que estava sendo estabelecida pelo Conselho como instituição, numa outra maneira de lidar com as pessoas. Fizemos negociações com quem estava inadimplente, apoiamos reuniões e congressos, estabelecemos parcerias, com foco nos benefícios para a categoria e para a sociedade em geral. Deu bastante trabalho, mas eu acho que valeu muito a pena.”

Vera destaca que, ao final da gestão (1992–1995), foi possível alcançar um superávit suficiente para comprar o imóvel da atual Subsede Metropolitana do CRP SP, na Rua Arruda Alvim, nº 89. Mas ainda seriam necessários quase quatro anos para a mudança ser efetivada.

AVANÇOS EM DIREÇÃO AO COMPROMISSO SOCIAL

CRP SP muda de sede e de formato e ações políticas se tornam a base dos trabalhos

Imagens: Acervo CRP SP. Arte: Paulo Motta.

Aos que nasceram depois de 1990, é difícil explicar todas as razões que fizeram do ano de 1994 um dos mais marcantes da década, e até considerado por muitas pessoas como “inesquecível”. São tantos motivos, que nem cabem neste texto.

Somente no mês de fevereiro, Nelson Mandela foi eleito o primeiro presidente negro da África do Sul e teve fim o embargo comercial imposto pelos Estados Unidos ao Vietnã que durava 30 anos. Já no Brasil, tinha início o Plano Real, com uma nova moeda que entrou em circulação em julho e mudou a história econômica nacional.

Também começava a ser comercializado o primeiro celular no país, apelidado de “tijolão”, e no ano seguinte, a internet chegaria no Brasil. Foram mudanças que já indicavam o começo de grandes transformações no país, numa realidade bem diferente de quando **Sara Cristina Favero Santos** entrou no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP).

“Comecei como auxiliar administrativa, logo após completar 18 anos. Era janeiro de 1989. Naquela época, os procedimentos envolviam carimbo, papel carbono e até sustar cheques. Eu que me assustei da primeira vez que ouvi isso (risos). Mas como sempre fui muito curiosa, perguntava a razão de várias coisas, e aos poucos fui aprendendo”, detalha a trabalhadora mais antiga em atividade no Conselho.

Já são 35 anos de serviços prestados em áreas como contabilidade, financeiro e compras, onde atua

desde 1998. Ela lembra bastante das modificações e modernizações tecnológicas, como a chegada da máquina de escrever elétrica. “Foi uma festa. Sabe por quê? Porque nós conseguíamos apagar. Antes, se tivesse erro no meio da frase, tinha que fazer tudo novamente. Era um retrabalho que causava bastante estresse”, desabafa.

Na opinião de Sara, foi importante acompanhar esses avanços diante do surgimento de novas demandas com o crescimento do Conselho, assim como ter vivenciado uma época diferente, na qual era preciso organizar filas para as pessoas votarem ainda em cédulas.

Um exemplo de como as tecnologias já alteravam a rotina de psicólogas e psicólogos era a discussão do serviço psicológico por telefone em 1996, ano em que também saiu a **Resolução CFP nº15/96**, que regulamentou a concessão de atestado psicológico para tratamento de saúde por problemas psicológicos.





Fonte: Jornal Psi nº 97 | Janeiro/Fevereiro 1996

A medida significou um válido reconhecimento para a categoria. Isso porque a classe médica defendia que só pessoas com formação em medicina poderiam fornecer atestado de licença para tratamento da saúde. Já quem atuava na Psicologia argumentava que transtornos mentais nem sempre derivam de causas orgânicas, e por isso, demandam outra abordagem além da perspectiva da medicina.

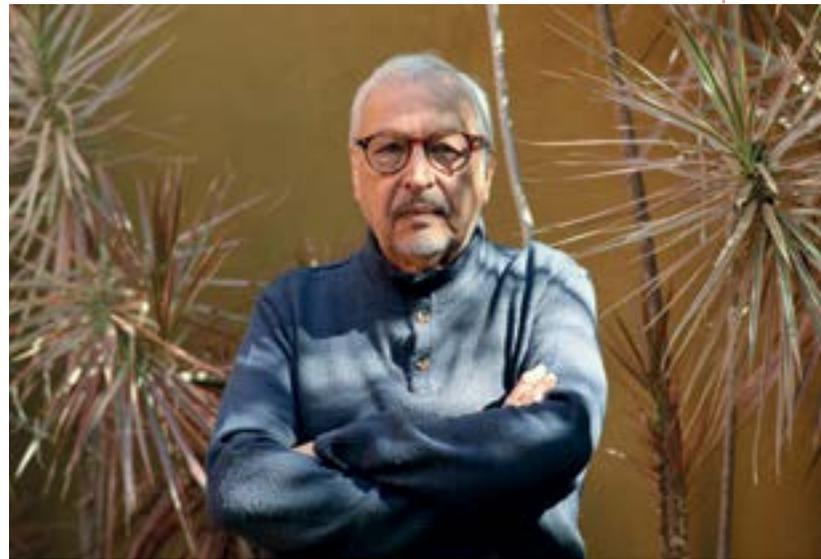
Também em 1996, houve outra modificação significativa na configuração do Conselho. No mês de maio, com a **Resolução CFP nº 04/96**, foi criado o CRP-14, um território formado pelos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, que deixavam de integrar o CRP-06. Com sede na cidade de Campo Grande, o novo Regional foi criado com objetivo de facilitar as ações locais e a articulação das necessidades específicas daquelas regiões.

Com isso, a composição do CRP-06 passou a abranger unicamente o estado de São Paulo, e a sede permaneceu na capital paulista.

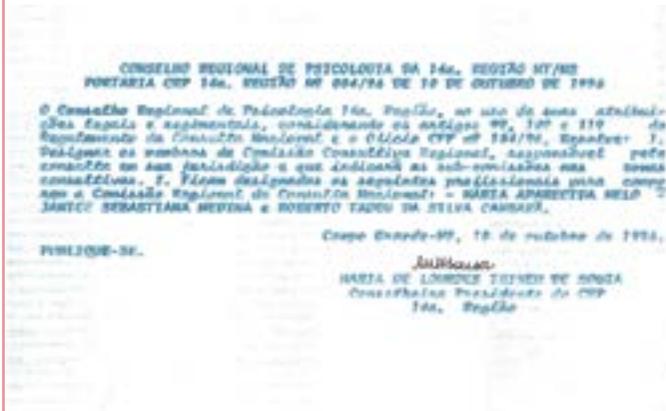


Uma Psicologia cada vez mais política

“Uma resolução como aquela, que proíbe profissionais da Psicologia considerarem homossexualidade como doença – assim definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) na época –, é uma medida política, um posicionamento muito pertinente do Conselho”, destaca **Odair Furtado** (CRP 06/25594), conselheiro vice-presidente do IX Plenário (gestão 1998–2001).



O psicólogo se refere à **Resolução CFP nº 01/99**, de 22 de março de 1999. “São propostas voltadas para atender os interesses não só de psicólogas e psicólogos, mas também a expectativa da sociedade.” Ele cita que houve grupos e parlamentares contra a iniciativa, como o Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (CPPC). Além de diferentes ações realizadas pelos regionais para tentar estabelecer uma construção democrática, junto a especialistas e organizações, também foi promovido um evento em conjunto com a entidade para justamente discutir ciência, religião e Psicologia.





A **Resolução CFP nº 01/99**, que completa 25 anos em 2024, foi um marco para a Psicologia no país, por formalizar o entendimento de que a sexualidade faz parte da identidade do sujeito e que as homossexualidades não constituem doença, distúrbio ou perversão, com diretrizes que até hoje servem de referência na defesa da população LGBTQIA+.

A resolução nada mais foi do que uma resposta visando a garantia de Direitos Humanos de todas as pessoas, com definições políticas que têm como base princípios progressistas. “Isso responde a uma perspectiva de saúde, de saúde pública, inclusive de como a categoria deve atuar. É resultado da mobilização que ocorreu no período, e que incluiu outras tantas lutas, como contra o racismo, ou a questão feminista – todas em pauta dos conselhos regionais e do Conselho Federal”, sintetiza Odair.

Em agosto do mesmo ano, após reformas, adequações na estrutura e regularizações do imóvel, a sede do CRP SP foi para um novo endereço: Rua Arruda Alvim, nº 89, zona oeste da capital paulista. **Diógenes Antônio Pepe**, gerente-geral desde o dia 4 de janeiro daquele ano, recorda que havia mais motivos para celebrar, além do próprio Dia da Psicóloga e do Psicólogo.



“Se não me engano, o dia 27 de agosto caiu numa sexta-feira. E conseguimos unir a comemoração da data com a efetivação da mudança, e o lançamento do novo **Jornal Psi**, que antes se chamava Jornal do CRP São Paulo, e ganhou outras cores, formato, totalmente reformulado”, enalteceu Pepe.



Nova identidade visual do CRP SP

Desde a década de 1980, o Conselho utilizava como símbolo a figura de um rosto futurista, graficamente estilizado. A imagem foi modificada para uma nova representação, que teve como base a letra grega psi (Ψ), com uma sobreposição de figura e fundo, e aplicação nas cores institucionais violeta e lilás. Uma das propostas era fomentar a representatividade da identidade visual junto à categoria.

Ainda em 1999, houve a concretização de um projeto de promoção de saúde mental bastante representativo dentro das funções do CRP SP. “Tenho um carinho especial pelo **Prêmio Arthur Bispo do Rosário**, porque eu que fiz a proposta no Plenário, todas as pessoas presentes adoraram a sugestão, que foi imediatamente aprovada. Era uma forma de expressão da Luta Antimanicomial, que surgiu de uma conversa despreziosa com o Pepe”, revela Odair.





O trabalhador, que atuou no Conselho até 2023, também relembra o episódio. Inicialmente, a conversa era sobre as artes que poderiam compor os cartões enviados no período de Natal. “A gente estava com planos de fazer um concurso interno para eleger as melhores criações feitas pelas pessoas das equipes em conjunto com familiares. Mas daí surgiu a ideia: por que não fazemos um prêmio com as usuárias e os usuários dos serviços de saúde mental?”

Hoje o **Prêmio Arthur Bispo do Rosário** está em sua 9ª edição. Valorizar e divulgar a arte produzida por essas pessoas é uma forma de o CRP SP contribuir na desconstrução do estigma da loucura como incapacitante e excludente da vida em sociedade, bem como reforçar o compromisso da Psicologia com a garantia de direitos, além de também reconhecer a importância do trabalho realizado na Rede de Atenção Psicossocial (Raps) do Sistema Único de Saúde (SUS).



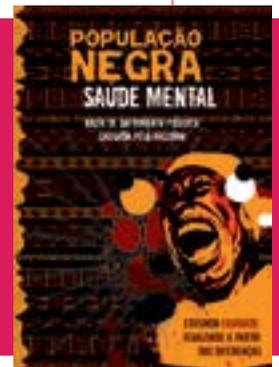
Acesse aqui mais detalhes do prêmio.

Se em 1996 a discussão girava em torno do atendimento psicológico por meio telefônico, quatro anos depois, por meio da **Resolução CFP nº 03/2000**, ficou regulamentado o atendimento psicoterapêutico mediado por computador, com uma comissão nacional para validação, acompanhamento e fiscalização dos sites.

Outras mudanças se intensificaram com a virada do milênio, quando ganhava destaque o debate sobre como combater discriminações e desigualdades estruturais, ao passo que cresciam ações afirmativas no país. Na época, foi realizada a 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, que teve a participação de todos os conselhos de Psicologia do Brasil, e a apresentação de diversos trabalhos sobre o tema “compromisso social”.

Em 2002, diante da necessidade de a Psicologia rever suas práticas, a partir da compreensão e da atuação pautada nos aspectos sociais envolvidos nos processos de adoecimento, outra medida fundamental foi publicada: a **Resolução CFP nº 18/02**.

“As psicólogas e os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo”



Enquanto ciência e profissão, era a regulamentação de um importante recurso de enfrentamento ao racismo, bem como de contribuição efetivamente ativa para a promoção da equidade racial, de modo a reafirmar o compromisso na construção de uma Psicologia antirracista.

Em novembro do mesmo ano, na Cidade de Puebla (México), foi criada a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi), um espaço de organização e articulação entre diversas entidades para a troca de práticas e experiências no enfrentamento de opressões e desigualdades comuns a todos os países da região.

Por fim, em abril de 2004 passaram a vigorar as novas **Diretrizes Curriculares Nacionais** para o curso de Psicologia, com as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação presentes na graduação.

EM DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PELA GARANTIA DE DIREITOS

CRP SP promove ações e campanhas numa realidade cada vez mais diversa

“**P**ara psicólogas e psicólogos, um ano de participação e organização. São muitas as atividades em todo o estado de São Paulo. São muitas as tarefas para aqueles que querem colaborar diretamente para a construção do futuro da Psicologia pela via dos Conselhos Profissionais.”

Assim informava o editorial do **Jornal Psi** nº 139, de fevereiro de 2004. Quase numa convocação para a categoria, o X Plenário (2001-2004) destacava importantes ações já previstas, como a consolidação do Banco Social de Serviços em Psicologia.

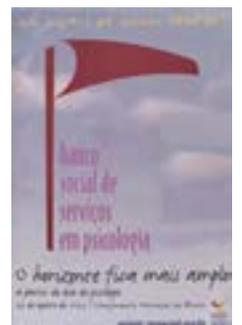
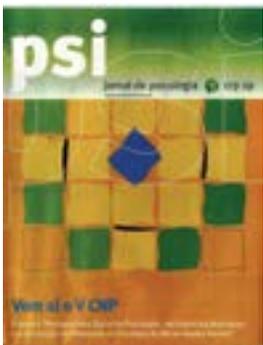
A proposta era oferecer ao estado o trabalho de psicólogas e psicólogos em instâncias públicas nas quais ainda não havia atuação de profissionais da área, conforme explica **Maria da Graça Marchina Gonçalves** (CRP 06/3983), vice-presidenta da gestão. A presença e a convocação para estar nesses espaços foram sendo estabelecidas aos poucos, em ações para demonstrar a potencialidade das práticas psicológicas com compromisso social.

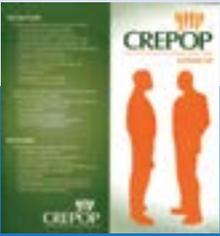
“A experiência do Banco Social é um ótimo exemplo de realização do Sistema Conselhos para qualificar a atuação da Psicologia nas Políticas Públicas. A iniciativa era do federal, mas os regionais foram aderindo conforme suas condições locais de desenvolvimento.

Lembro de projetos de acompanhamento como o ‘De Volta para Casa’, após o fechamento de manicômios, e também o ‘Apoio Psicológico a Pessoas em Situação de Desemprego’, onde havia orientação, rodas de conversas para oferecer acolhimento e novas possibilidades para aquelas pessoas.”



A psicóloga recorda ainda que o lema do Banco Social era “Há sinais de novos ventos”, com o símbolo de biruta, porque aquele momento era justamente de inventar e colocar em prática novas soluções e de levar a Psicologia para outras direções, a partir de uma participação efetiva, mais próxima das necessidades sociais, de superação e esperança após as dificuldades vivenciadas na década de 1990.





Os desdobramentos do Banco Social de Serviços deram origem ao Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), após ser apresentado como possibilidade de continuação do projeto, e aprovado no V Congresso Nacional da Psicologia, em 2004.

“A ideia não era manter a iniciativa para sempre, tanto que funcionou entre os anos de 2003 e 2005. Daí é lançado o **Crepop**, para atestar que o CRP SP está num constante trabalho de reflexão, pesquisa e produção de referências para atuação nas Políticas Públicas. Era uma maneira de trazer a categoria para essa novidade, como com a criação do **Suas**, ainda uma discussão super-recente”, destaca Maria da Graça Marchina Gonçalves.

Sistema Único de Assistência Social (Suas)

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) foi implementado em 2005, com o objetivo de unificar as políticas de assistência social desenvolvidas em âmbito nacional. Após a medida, houve uma ampliação bastante significativa de psicólogas e psicólogos nesse campo de atuação, de modo a contribuir com a consolidação dos princípios e a garantia de direitos de proteção social.

Joari Aparecido Soares de Carvalho (CRP 06/88775),

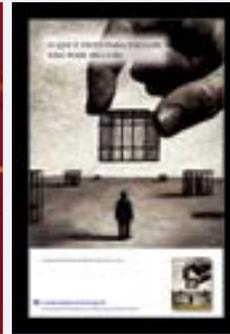
conselheiro do CRP SP no XIII e no XIV Plenários, aponta que essa participação nas Políticas Públicas é resultado de um processo histórico, inseparável entre sociedade e Psicologia. O psicólogo social no setor de gestão do Suas, na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de Suzano (SP), acredita ser um avanço estrutural da profissão, que cada vez mais é reconhecida pelo compromisso ético-profissional com a democracia, os Direitos Humanos, e pelo enfrentamento da desigualdade social.



“A presença histórica de profissionais nas práticas de assistência social evolui como a própria política de legitimação da área. Diversos pares da Psicologia, junto com colegas de outras profissões e setores, contribuíram para identificar, integrar e sistematizar não somente os serviços, mas também programas, projetos e outras ações de proteção social como direito”, detalha.

Ele ainda afirma que a presença de psicólogas e psicólogos no planejamento e nos espaços da Rede Socioassistencial contribui para o fortalecimento e para a efetividade das ações particulares ou coletivas junto a pessoas em situações de vulnerabilidade, tanto para a população atendida quanto para quem realiza o trabalho social.

“Como entidade munida de respaldo pela categoria para realizar propostas, questionamentos e mobilizações, o Conselho tem um papel fundamental na orientação profissional, nas regulamentações com incidência na atuação da assistência social, na manutenção de comissões e GTs temáticos, e na articulação em fóruns de pessoas trabalhadoras da área.”



Responsabilidade social e Direitos Humanos

Ainda em 2005, durante a gestão do XI Plenário (2004–2007), que tinha Maria da Graça Marchina Gonçalves como presidenta, outra novidade bastante representativa foi consolidada no Conselho: o lançamento da terceira versão do **Código de Ética**

Profissional da Psicologia. No dia 27 de agosto de 2005, conforme **Resolução CFP nº 10/05**, entrou em vigor o novo regimento com princípios fundamentais, responsabilidades e disposições gerais.

A medida acompanhava a evolução da realidade profissional diante da crescente inserção das psicólogas e psicólogos em contextos institucionais e em equipes multiprofissionais. Um importante recurso para estimular reflexões não individualizantes, com base na defesa dos Direitos Humanos, visando contemplar a diversidade que configura o exercício da profissão.

Maria da Graça, especialista em Psicologia sócio-histórica, lembra que esse era um período de consolidação da **Comissão de Direitos Humanos (CDH)**, instituída no Conselho Federal por meio da **Resolução nº 11/98**. Ela havia sido presidenta da comissão na gestão anterior, e dava sequência aos trabalhos para estabelecer uma prática psicológica com uma perspectiva mais crítica e reflexiva sobre a importância da garantia dos direitos diante da produção de sofrimento mental.

“A comissão permanente ainda era algo novo, e os conselhos regionais estavam instalando suas CDHs. A gente tinha o desafio de introduzir os temas e buscar a adesão para essa discussão mais política, um viés mais recente e também mais difícil de iniciar. Investíamos muito em espaços de participação democrática, inclusive com instrumentos de consulta à comunidade, numa proposta de fomentar o diálogo e a orientação. Eram aspectos muito importantes para que o CRP fosse apropriado pela categoria”, pontua Maria da Graça Marchina.

Nessa época, quem ocupava a presidência da CDH era **Marilene Proença Rebello de Souza** (CRP 06/6133). A docente da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Psicologia escolar e políticas educacionais complementa que outras temáticas bastante trabalhadas pela comissão eram o direito à escolarização, a educação inclusiva e o processo de escolarização das crianças.



“Foi nesse momento que nós vimos a importância de constituirmos nacionalmente o ano temático da educação no Sistema Conselhos de Psicologia, que ocorreu em 2008. São Paulo participou ativamente da organização, inclusive com contribuições para o substitutivo do projeto, que depois virou a Lei nº 13.935/19. Além disso, também contribuimos junto ao Crepop com o conteúdo das primeiras referências técnicas para a atuação de psicólogas e psicólogos na educação básica, que só saiu em 2013.”

Como presidenta do XII Plenário (2007–2010), Marilene relembra que outra demanda bastante frequente era a utilização de medicamentos por crianças em idade escolar. Havia muitos relatos de profissionais que não sabiam como lidar com a questão, que se tornou uma pauta de grande relevância no Conselho.





“Nós começamos a discutir o processo de medicalização nas escolas, porque era uma forma de controlar o comportamento das crianças, com uma falsa ideia de que melhorava sua aprendizagem. Junto a outras organizações como Abep (Associação Brasileira

de Ensino de Psicologia) e Abrapee (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional), nos reuníamos e fazíamos essas articulações, estávamos presentes em audiências públicas, em contato com parlamentares na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa, e promovíamos debates com especialistas para ajudar nessas construções todas.”

Além da mobilização contra a determinação de que somente pessoas com formação em medicina poderiam ocupar os cargos de chefia dos espaços de saúde, o chamado “Ato Médico”, outra realização da gestão que ficou marcada no período foi a inauguração de uma unidade administrativa na capital paulista, na Rua Oscar Freire, nº 1.800. Com a expansão das instalações, foi possível criar o Centro de Documentação (Cedoc) do CRP SP, um espaço para armazenar e também digitalizar materiais históricos do acervo do Conselho.



A iniciativa acompanhava uma proposta maior, de estabelecer meios para que os conteúdos chegassem mais facilmente até a categoria. Por isso houve a reformulação do *site*, que passou a disponibilizar as publicações com acesso aberto, além de um esforço para diversificar as temáticas abordadas.

“Buscamos nos aproximar e pensar a Psicologia nos contextos dos povos originários, diante de questões étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, de discriminações e desigualdades. E tínhamos que levar isso para a base, por isso fazíamos cadernos temáticos dos eventos promovidos. Nada mais do que criar condições para a profissão ficar mais próxima da realidade e das necessidades sociais”, pontua.

Sobre os próximos 50 anos, Marilene considera importante descolonizar a Psicologia, de modo a constituir um conhecimento para responder às demandas e necessidades do sofrimento social. Por tratar da dimensão da subjetividade humana e das relações interpessoais, permite que cada um compreenda a si mesmo, e a si mesmo no mundo, de modo a transformar os problemas, as dificuldades e as tantas dívidas históricas a pagar.

Por realidades cada vez mais justas, plurais e inclusivas

- 2005** – ProUni: facilitou de forma significativa o acesso de estudantes de baixa renda e da rede pública a universidades particulares.
- 2006** – Lei Maria da Penha: tornou mais rigorosa a punição para agressões contra mulheres, para tentar coibir a violência doméstica.
- 2008** – Grupo de Trabalho GLBTTT contra a Homofobia do CRP SP: surgiu da necessidade de aprofundar questões de orientação sexual, identidade de gênero e sofrimento psíquico decorrente da não aceitação das expressões de sexualidade.
- 2008** – Constituição do GT Psicologia e Povos Indígenas, com reuniões realizadas na sede do CRP SP.

- 2009** – Promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: possibilitou a construção de esforços públicos que resultaram na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).
- 2010** – Estatuto da Igualdade Racial: favoreceu a promoção de políticas para o combate à discriminação e a efetivação da igualdade de oportunidades para a população negra.
- 2011** – Portaria nº 2.836, que instituiu no Sistema Único de Saúde (SUS) a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).
- 2011** – Resolução CFP nº 14/11: dispôs sobre a inclusão do nome social na Carteira de Identidade Profissional (CIP) da psicóloga e do psicólogo.

GARANTIR CONQUISTAS E EVITAR RETROCESSOS

Em período conturbado, entre golpe e pandemia, Conselho pauta uma Psicologia pela transformação social

Depois de 15 anos, foi criado um novo projeto para renovar a identidade visual na comunicação da autarquia. Com as formas e cores tradicionais, o logo ganhou uma estética mais fluída e com influências contemporâneas.



Arte: Paulo Mota.

Uma gestão que teve início poucos meses após as “Jornadas de Junho” e terminou dias antes da finalização do processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Um período que ficou marcado por protestos e pela defesa de muitas pautas conservadoras, quando as redes sociais se tornaram ferramentas poderosas de mobilização e de disputas de narrativas, até que os discursos de ódio e de intolerância ultrapassaram os canais digitais, influenciando fortemente a opinião pública e os rumos políticos do país.

Foi esse o contexto do XIV Plenário, entre os anos de 2013 e 2016, que teve como presidenta a psicóloga **Elisa Zaneratto Rosa** CRP (06/58631). “Um momento que antecede e efetiva o golpe jurídico, midiático e parlamentar que destituiu a presidenta Dilma. Uma quebra no processo democrático do Brasil, e que representa a retomada do neoliberalismo numa conjuntura de crise”, recorda.

A docente de Psicologia social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) explica que se tratava de um processo, não de algo imediato, e que demandou uma postura de enfrentamento para evitar retrocessos em ações e políticas voltadas para garantir a diversidade. Foram disputas em torno de temas como a retirada da palavra “gênero” dos planos de educação e do debate sobre o Estatuto da Família.

“A gente se esforçava para colocar a Psicologia a serviço desse enfrentamento, pois compreendemos que são aspectos importantes da subjetividade, que possuem representatividade enquanto processo social. Isso se traduziu em ações e campanhas, por exemplo, sobre o reconhecimento dos laços afetivos e das diversas formações familiares, pois são determinações que interferem na garantia de direitos para muitas pessoas”, destaca Elisa.



EM DEFESA DAS FAMÍLIAS
Contra o Estatuto da família - PL 6583/13



Maria Objetiva/Flickr



Geraldo Magela/Agência Senado





Em entrevista ao **Jornal Psi**, a psicóloga reforçou que não se tratava de bandeiras ideológicas, esvaziadas de sentido, para colocar o Conselho a serviço de uma escolha partidária. Era uma atitude maior, que reconheceria a importância desses temas nas condições estruturais da formação social brasileira, que deveriam ser transversais a toda a Psicologia. Um posicionamento em defesa da democracia, que é indispensável para a saúde mental.

“Somente numa sociedade democrática, que possui segurança nos processos institucionais, construída dentro dos pactos das relações sociais, é possível conviver com a diversidade. Não à toa que naquele período falamos de violência de Estado na **campanha de Direitos Humanos** e lançamos uma **nota técnica** para defender direitos sexuais e reprodutivos. Constituem questões fundamentais, relacionadas com opressões que se configuraram historicamente na nossa sociedade.”



Dentro da Campanha Estadual de Direitos Humanos do CRP SP, os esforços se voltaram para transversalizar o tema racial nas discussões sobre violência de Estado, em aspectos como discriminações e punições sistemáticas. Outro desafio para avançar nessa pauta foi o reconhecimento das estruturas racistas dentro do próprio Conselho.

Para ajudar a legitimar e consolidar esse processo de combate ao racismo institucional, foi contratada uma entidade de referência na área: o **Instituto AMMA Psique e Negritude**. Foi um meio de construir ações com mais qualidade e criticidade para analisar o racismo no campo da Psicologia, e também para pensar as relações raciais na máquina do CRP SP. A psicóloga **Clélia Prestes** (CRP 06/135410), que integrou as atividades, descreve como funcionou a dinâmica do projeto.

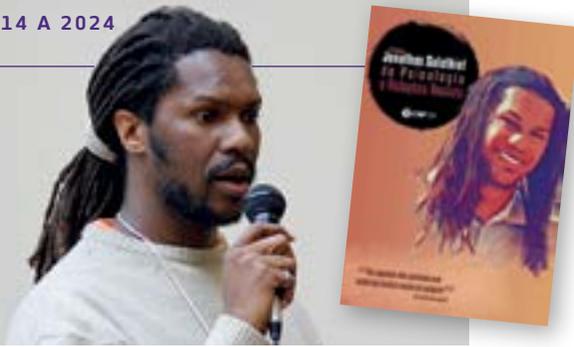
“As oficinas foram coordenadas pela **Maria Lúcia da Silva** (CRP 06/21298) e realizadas por mim e pelo **Márcio Farias** (CRP 06/195586), na sede e em todas as subsedes do CRP SP. Começavam com uma formação sobre relações raciais, e seguiam com um plano de ação para o enfrentamento do racismo institucional em cada unidade.

Principais ações das oficinas de relações étnico-raciais:

- importância da transversalização da temática racial nos núcleos, subnúcleos e GTs;
- mapeamento e parceria com movimentos sociais e demais entidades que tratam do tema;
- inclusão da temática na palestra de entrega da carteira profissional e também em ações e eventos do CRP SP;
- divulgação da Resolução CFP n.º 18/02 e maior articulação de psicólogas e psicólogos em relação ao tema;
- formações na contratação de serviços e recursos humanos, e inclusão da temática racial nas opções de interesse nos formulários;
- pautar as relações raciais na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) e transversalizar a temática racial na discussão de questões éticas, como nos exemplos de violações de direitos humanos.

A lição que ficou? O CRP SP ainda precisa aumentar e muito a presença de pessoas negras na gestão e nos trabalhos técnicos, em ações que sejam adotadas como políticas do Conselho, para que tenham continuidade e um resultado efetivo.”





Ainda durante o XIV Plenário, a participação de um conselheiro com sorriso doce e grande vontade de viver e de transformar o mundo, ficou marcada na história do CRP SP. **Jonathas José Salathiel da Silva**, psicólogo atuante na área de saúde pública e militante de movimentos populares, ajudou a trazer a complexa realidade das questões raciais para dentro do Conselho.

Em sua incansável luta contra todas as formas de discriminação racial, por meio de diferentes ações propositivas, como oficinas e encontros, Jonathas demarcou a centralidade da questão do combate ao racismo, e denunciou o modo como o Estado se torna o maior violador dos Direitos Humanos. Foi idealizador e criador do caderno temático “Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para a Psicologia”.

Por todas suas realizações, como uma forma de homenagear e expressar a gratidão para a construção de uma profissão comprometida com a igualdade racial, o Conselho criou em 2018 o “**Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais**”. Atualmente em sua terceira edição, a premiação tem como objetivo estimular a produção de artigos e de criações artísticas nas mais diversas linguagens sobre a violência causada pelo racismo, e os impactos das relações raciais na saúde mental.

Por realidades cada vez mais justas, plurais e inclusivas

2018 - Resolução nº 1: estabeleceu normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.

2018 - CRP SP integrou a campanha “**16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres**”, para reafirmar o compromisso por uma sociedade mais justa e com equidade de gênero.

2019 - Após 28 anos, Organização Mundial da Saúde (OMS) retira a transexualidade da lista de doenças mentais.



Enfrentamento contra retrocessos

Diante dos desafios do contexto sociopolítico que vinha se constituindo ao longo da década de 2010, o CRP SP adotou posturas incisivas e objetivas em defesa de uma sociedade inclusiva e democrática, de acordo com os princípios humanitários e éticos da categoria. Seja com participação ativa para evitar o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), em 2018, ou com posicionamento contrário à Política Antidrogas, sancionada em 2019, é constante a atuação pela eliminação de qualquer violação de direitos.

“Em 2018, a gente tem uma conjuntura de avanço da extrema-direita, do conservadorismo, do aumento das violências e das opressões. É um período de grande polarização do país, e mais que nunca, era preciso estar em espaços onde fosse possível fazer enfrentamentos. E a Psicologia vem se consolidando como uma frente de defesa de direitos sociais, políticos, de existência e da própria vida. Por isso o Conselho está no debate público em várias frentes”, explica a presidenta do XVII Plenário, **Talita Fabiano de Carvalho** (CRP 06/71781).



Foi exatamente nesse ano que a vereadora Marielle Franco foi assassinada, o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi preso e o candidato Jair Bolsonaro foi eleito. Foi também quando a psicóloga decidiu se aproximar do CRP SP, justamente para contribuir com a consolidação de políticas e sistemas de garantia de direitos, e assim passou a integrar o XVI Plenário (2019–2022). Mas em março de 2020 o mundo parou após a OMS ter declarado a pandemia de covid-19, doença causada pelo coronavírus.

Foram muitas as consequências dos anos de pandemia da covid-19. A necessidade de distanciamento social acelerou a digitalização de vários processos. Houve uma ruptura com o mundo do jeito que conhecíamos, o que trouxe uma grande insegurança e questionamentos para a população.

O adoecimento, as mortes, a ameaça da contaminação e a incerteza causavam angústia e sofrimento. A perda da autonomia, a falta de renda e a instabilidade financeira geravam medo e ansiedade. Foi um período de grande aumento na busca por atendimento psicológico para lidar com a sobrecarga emocional.

No dia 26 de março de 2020, em resposta às dúvidas e demandas da categoria, o CFP publicou a **Resolução CFP nº 04/20 (revogada pela Resolução CFP nº 09/24)** para orientar psicólogas e psicólogos acerca da atuação *on-line* diante do cenário de pandemia do coronavírus. Ao todo, foram mais de 20 normativas publicadas, com informações e direcionamentos para o enfrentamento da crise.



Na época, mesmo com as atividades presenciais suspensas, o Conselho manteve iniciativas como *lives*, reuniões *on-line* sobre a formação durante o período de distanciamento social, mobilização pela permanência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e Mostra de Práticas de Psicologia na Pandemia.

Além de ter sido da secretaria durante o XVI Plenário, Talita também esteve à frente do Centro de Referências Técnicas em Psico-

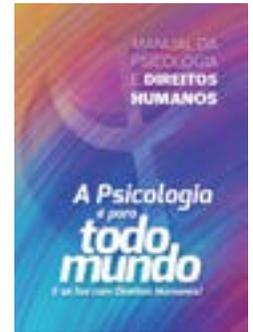
logia e Políticas Públicas (Crepop) em São Paulo. Ela lembra que o Conselho realizou uma pesquisa em junho de 2020 para avaliar a qualidade do exercício profissional durante a pandemia, monitorar as estratégias desenvolvidas e detectar possíveis dificuldades encontradas para a atuação de psicólogas e psicólogos naquele contexto.

O resultado? A construção do **“Manual da Psicologia e Direitos Humanos”**. A psicóloga explica que a decisão veio como resposta aos índices detectados no estudo, tais como a porcentagem de quase 75% das pessoas profissionais não identificarem ou não observarem violações de direitos em seu exercício profissional.

“A partir disso entendemos que precisávamos estabelecer outra forma de comunicação com a categoria, para provocar a reflexão sobre os atravessamentos dos marcadores sociais em nosso país, que perpassam as vidas. Reforçar que não somos profissionais de tratar sofrimento, mas sim que incidimos na produção desse sofrimento, ocasionado por opressões e desigualdades estruturais da própria sociedade.”

A atual presidenta do Conselho fala sobre a relevância desses quase 20 anos de consolidação do Código de Ética da Psicologia, como uma garantia para a construção de um exercício profissional ético, pautado nos Direitos Humanos, enquanto ciência e profissão que emancipa pessoas. Ela enfatiza que as Diretrizes Curriculares Nacionais mais recentes para os cursos de graduação, publicadas em 2023, são organizadas e pautadas nesse compromisso social e nessa defesa de direitos.

Mas ainda há muito o que avançar para os próximos 50 anos. “Temos uma formação bastante eurocêntrica, falamos pouco de uma Psicologia brasileira, feita por e para a nossa população – que vive uma realidade muito desigual. Internamente, precisamos de alinhamentos para alcançar uma construção cada vez mais antirracista, antimachista, anticapacitista e antiLGBTfóbica. Que não seja para diagnosticar e patologizar as pessoas. Devemos nos posicionar e assumir que o sofrimento decorre dos atravessamentos pessoais. Pensar como a representatividade importa para alterar essas estruturas, pois é capaz de moldar a sociedade para outros referenciais”, finaliza.



Participe das ações preparatórias do



CONGRESSO
NACIONAL DA
PSICOLOGIA

CONGRESSO
REGIONAL DA
PSICOLOGIA

www.crpssp.org.br/cnp

O QUE TE FAZ SER UMA PSICÓLOGA E UM PSICÓLOGO?

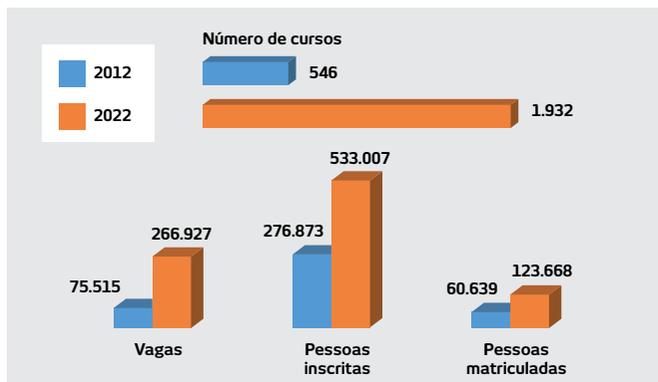
Com a função de orientar a categoria, CRP SP integra discussões sobre a qualidade da formação profissional

Fotos: Acervo CRP SP. Arte: Paulo Mota.

Você, pessoa leitora que chegou até o final desta edição especial do **Jornal Psi**, com tantas informações sobre a prática psicológica e os 50 anos de atuação do Conselho Regional de Psicologia (CRP SP): na sua avaliação, o que forma uma psicóloga e um psicólogo? Que aptidões e conhecimentos são necessários para garantir um bom exercício profissional?

A orientação está entre as funções precípuas dos Conselhos Regionais de Psicologia, num trabalho mais amplo que envolve também disciplinar e fiscalizar, objetivando a qualidade técnica e ética dos serviços prestados. Tanto que outra responsabilidade do Sistema Conselhos é a normatização das atividades, por meio de referenciais da profissão, que precisam ser adequados e atualizados conforme as próprias transformações da sociedade.

Assim também acontece com o ensino de Psicologia, que passou por importantes mudanças desde a regulamentação da profissão, em 1962. Um aspecto recente que chama atenção é o crescimento na procura pela formação, bem como a alta na oferta de cursos.



Fonte: plataforma de dados abertos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A psicóloga **Irani Tomiatto de Oliveira** (CRP 06/2336), quatro vezes diretora e atual presidenta da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), explica as diferenças nas atribuições em relação ao caráter formativo da profissão.

“Legalmente, a responsabilidade pela formação é do Ministério da Educação (MEC). Já os conselhos regionais respondem pela orientação na atuação profissional. E mesmo que a Abep trabalhe com a formação, não é um órgão com poder de decisão. O que fazemos é promover ações e interlocuções em busca de melhorias na qualidade educacional.”

A docente detalha que no período seguinte à profissão ter sido regulamentada, havia um referencial determinado pelo MEC chamado currículo mínimo. “Eram as determinações de como os cursos deveriam se configurar, a partir de uma estrutura engessada. Apesar de ajudar na construção de uma identidade profissional comum, foi um modelo que durou muito tempo, um total de 42 anos”, critica Irani.



Somente em 7 de maio de 2004, a partir da **Resolução nº 8** do Conselho Nacional de Educação (CNE), foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Psicologia, com novas orientações, princípios e fundamentos.

“Em vez de estabelecer as disciplinas e os estágios de um curso, [as DCN] determinam as competências que as pessoas egressas devem ter quando se tornam profissionais. Permitem maior autonomia às instituições de ensino superior (IES) e uma flexibilidade na configuração que privilegia a diferenciação entre as formações, inclusive para que haja adequações mais precisas com as demandas regionais e temporais”, analisa Irani.

“Formar profissionais será sempre um desafio, pois temos que ter a visão aberta para o futuro, sem perder de vista o que vivemos no presente e o que acumulamos no passado”, afirmou a psicóloga **Odette de Godoy Pinheiro** (CRP 06/2155) em entrevista ao **Jornal Psi** há dez anos, numa edição que encerrava as comemorações dos 50 anos da profissão no Brasil.

Agora, na celebração dos 50 anos do CRP SP, a conselheira que integrou o IX Plenário (1998–2001) falou sobre sua trajetória e participação nas discussões sobre o ensino e a formação de psicólogas e psicólogos do país, especificamente a partir da sua experiência na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).



“Eu me orgulho de ter colocado no currículo uma parte eletiva, em que você está aberto para descobertas, para a Psicologia, para a ciência e as práticas que vão se produzindo. É importante que mude sempre”, destacou.

Odette iniciou a carreira de docência na PUC-SP no ano de 1966. Foi diretora da faculdade de Psicologia de 1985 até 1993, numa gestão que tinha como proposta principal a revisão curricular do curso. A partir do trabalho realizado na universidade, bem como da aproximação que tinha com entidades como o Sindicato dos Psicólogos (SinPsi), da qual foi presidenta, fez contribuições fundamentais no debate nacional sobre as diretrizes curriculares da Psicologia.

Um longo caminho de mudanças

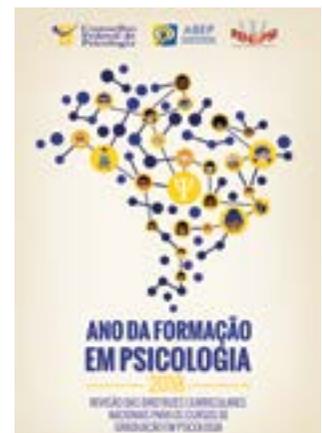
Foram muitos capítulos e diversas articulações entre conselhos regionais, sindicatos, associações e instituições de ensino até a aprovação da primeira versão das DCN. Era sensível o crescimento do campo da Psicologia, não só com a consolidação das áreas clínica, organizacional, educacional e social, mas também com o desenvolvimento de outras possibilidades de atuação, como ambiental ou jurídica.

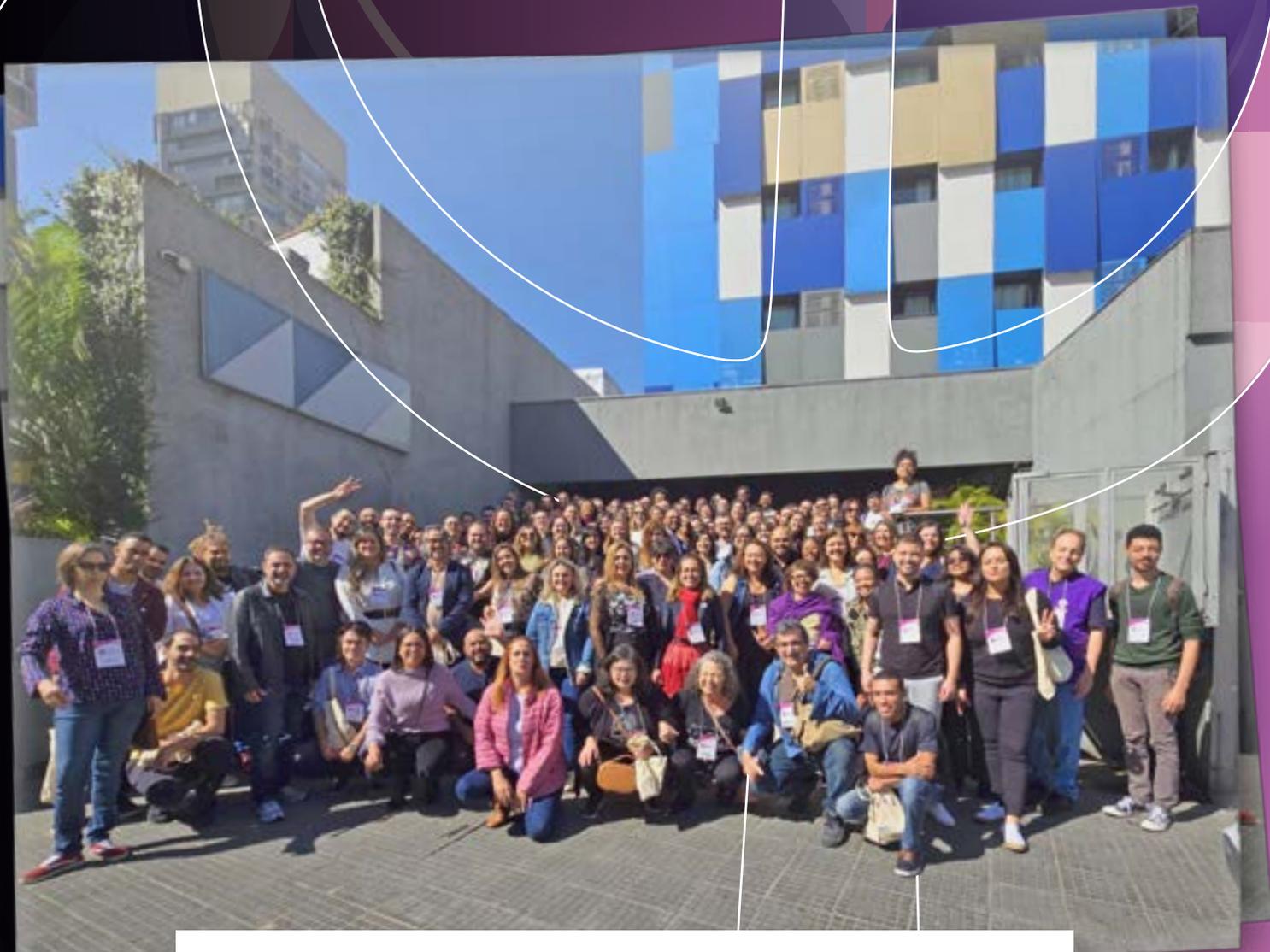
Conforme surgiam novas demandas ligadas à saúde mental, cresciam as mobilizações para a revisão e atualização das normas de ensino, num processo de discussão amplo e democrático. Um episódio fundamental nessa construção foi o I Encontro de Coordenadores de Curso de Formação de Psicólogos, realizado na cidade de Serra Negra (SP), em 1992, quando foram estabelecidos sete princípios norteadores para a formação acadêmica.

Nessa década, as principais disputas no campo se davam entre especialismo x generalismo; teoria x prática; tecnicismo x reflexividade. Havia uma forte defesa de um ensino que tivesse caráter prático, com o risco, inclusive, de redução na duração dos estudos. Foi por conta dessas e de outras dissidências que o acordo só veio sete anos depois de o MEC ter alterado o referencial dos cursos superiores do currículo mínimo para as diretrizes curriculares.

“Chegou-se ao entendimento comum por meio da proposta de uma formação generalista com ênfases curriculares, que são eleitas por cada curso. Foram tantas novidades, que algumas ainda não chegaram a ser totalmente assimiladas. São propostas com um jeito de pensar muito inovador”, conclui Irani.

As primeiras DCN passaram por uma pequena reformulação em 2011, com alterações somente em relação à licenciatura. Alguns anos depois, em 2018, teve início um novo processo de revisão curricular, coordenado pela Abep, pela Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) e pelo Conselho Federal de Psicologia, que consagrou o período como o “Ano da formação em Psicologia”. Foi um movimento importante, com participação expressiva da categoria, que resultou num texto-base, aprimorado e submetido à consulta pública, que subsidiou a terceira versão das DCN, homologada em 2023 (Resolução CNE/CES 1/2023)”.





Equipe, diretoria e Comissão Especial de História e Memória da Psicologia (CHM) no evento que abriu as comemorações do 50 anos do CRP SP. Junho de 2024.

